

Tribuna BANCÁRIA

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL


SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1619 | 25 A 30 DE MAIO DE 2020

 www.bancariosce.org.br

 [bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)

 [bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)

 [seebce](https://www.facebook.com/seebce)

 85 99129 5101

MOVIMENTO SINDICAL REFORÇA DEFESA DO BANCO DO BRASIL APÓS DECLARAÇÕES DE PAULO GUEDES

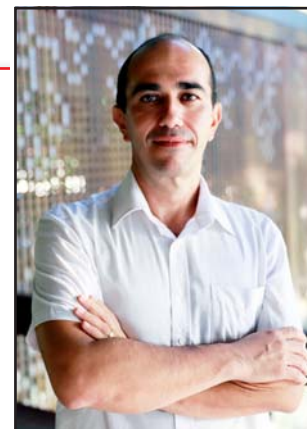
Em reunião
ministerial,
ministro da
Economia
defendeu
privatização
urgente do
BB
(pág. 5)



Berzoini critica declaração de Guedes sobre venda do BB

Dirigentes do Sindicato participam
de live nas redes sociais e debatem
pandemia (pág. 3)

Diante da pandemia do novo
coronavírus, Sindicato reativa Plantão
Psicológico (pág. 7)

ARTIGO**SOCIEDADE REAGE DIANTE DO
DESPREPARO DO GOVERNO
BOLSONARO PARA ENFRENTAR
A COVID-19**

*Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará*

O Brasil está sem governo, sem Estado e rumando à tragédia social durante a pandemia de Covid-19. Diante da maior crise sanitária mundial, o governo Bolsonaro demonstra a cada dia que não tem o mínimo programa de enfrentamento à doença e se limita a incentivar o uso de remédios sem comprovação científica de eficiência e a pressionar governadores pelo fim do isolamento social.

Diante do negacionismo do presidente da República, existe uma pressão desenfreada por parte de setores empresariais para se liberar trabalho de áreas não essenciais, em um cenário oposto ao recomendado pelos protocolos mundiais de saúde ao fim do isolamento, porque o sistema de leitos hospitalares está em colapso, falta proteção social e a curva da pandemia está crescendo cada dia mais. Ressalte-se que, desde o início da pandemia, os movimentos sociais e sindical alertavam para a importância de haver uma coordenação central do processo, como ocorre em todo o mundo.

Como se não bastasse as ações de Bolsonaro, atualmente o país está sem Ministro da Saúde efetivo, pois em apenas 28 dias, Nelson Teich, que substituiu Mandetta, pediu demissão ao ser pressionado a assinar protocolo que liberava o uso irrestrito da cloroquina, que não tem eficácia comprovada contra o coronavírus e ainda é responsável por uma série de graves efeitos colaterais. Esse é mais um dos indicadores dessa falta de coordenação por parte do Palácio do Planalto. Bolsonaro, além de não coordenar nada, ainda ataca toda política correta defendida por órgãos de saúde.

Por sua vez, a sociedade vem reagindo para mudar esse cenário. No dia 21/5 foi realizado em Brasília um grande ato diante da ineficiência do governo em todos os setores: saúde, economia, política etc., e foi protocolado nesse mesmo dia um pedido de impeachment coletivo assinado por partidos da oposição e mais de 400 entidades da sociedade civil organizada. O pedido foi entregue ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ).

No pedido estão citados vários crimes de responsabilidade cometidos por Bolsonaro como estimular o descumprimento de recomendações de autoridades sanitárias, como o isolamento social para conter a disseminação da pandemia – o que contribui para aumentar o número de infectados e mortos e o sofrimento do povo brasileiro, além de incentivar crimes contra a democracia, apologia à tortura, ataques sucessivos à imprensa, sem falar nas investigações de envolvimento do presidente e de sua família com milícias.

Independente desse pedido ser acatado ou não, precisamos estar em mobilização constante contra esse governo que parece não entender que foi eleito para governar todo o país, e não só gerar benefícios para aqueles que o apoiam. Um governo que só se importa em agradar os grandes empresários, que retira direitos da classe trabalhadora e que vem condenando os mais vulneráveis à pobreza extrema e até à morte, no caso dessa pandemia. Precisamos defender a saúde pública, as empresas públicas, a democracia, os direitos e, principalmente, a vida!



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

SINDICATO REALIZA LIVE NAS REDES SOCIAIS PARA DEBATER A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Em tempos de pandemia do novo coronavírus, pela primeira vez em seus 87 anos de existência, o Sindicato dos Bancários do Ceará realizou na última sexta-feira, dia 22/5, através do Facebook e do Youtube da entidade, uma live para debater a pandemia da Covid-19 e suas consequências para a categoria bancária.

Participaram desse evento o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo, o secretário de Imprensa e membro do Comando Nacional dos Bancários, José Eduardo Marinho e o secretário de Saúde, Eugênio Silva. Os dirigentes abordaram temas como o pagamento do auxílio emergencial, defesa dos bancos públicos, atendimento aos bancários durante a pandemia, campanha salarial, entre outros temas de interesse da categoria. O presidente da APCEF/CE, Rochael Almeida, também iria participar da live, mas teve problemas na sua internet.

O presidente do Sindicato, Carlos Eduardo, iniciou a live falando da situação do Brasil durante a pandemia. Recentemente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a considerar o país como um dos epicentros da doença. "Além disso, temos ainda de enfrentar um verdadeiro 'desgoverno' que minimiza a gravidade da doença, agravando a situação do Brasil". Ele completou: "Se não fossem as atuações dos governos estaduais, o número de vítimas e de óbitos seria muito maior. Há dois meses, eram 18 mortes, hoje já passamos de 20 mil e o presidente se omite de sua responsabilidade com relação a essa pandemia", finalizou Carlos Eduardo, que conduziu os debates.

AUXÍLIO EMERGENCIAL – Os dirigentes do Sindicato enfatizaram que, desde as primeiras discussões a respeito da concessão do auxílio emergencial, fizeram o alerta da necessidade de se descentralizar o processo, pois como ele está sendo conduzido, com tudo centralizado na Caixa, inevitavelmente, haveria – como



Live - Situação da categoria bancária do Ceará e as atuações do Sindicato em tempos de pandemia

está acontecendo – aglomerações nas agências da Caixa Econômica Federal. "Os empregados da Caixa são verdadeiros heróis por atenderem cerca de 50 milhões de pessoas em todo o país", avalia o diretor José Eduardo Marinho.

O dirigente destaca ainda que o Sindicato fez a sua parte, colocando carros de som esclarecendo a população, distribuindo panfletos nas agências para conscientizar a população da importância do isolamento social, de seguir as determinações dos órgãos de saúde e levando o tema das aglomerações, de forma recorrente, para as reuniões do Comitê de Crise dos bancários com a Fenaban.

DEFESA DOS BANCOS PÚBLICOS – Os bancários abordaram ainda a importância de se defender os bancos públicos. Os dirigentes lembraram da crise econômica mundial em 2008, quando os bancos públicos exerceram papel fundamental para que o país enfrentasse a crise. "Mais do que nunca é preciso fortalecer e defender os bancos públicos que estão desempenhando durante a pandemia um papel social fundamental e serão também importantíssimos no período pós-pandemia, no que se refere à recuperação da nossa economia", destacou José Eduardo.

CAMPANHA SALARIAL – Os dirigentes destacaram ainda que, esse ano, a

categoria bancária enfrentará um importante desafio: a Campanha Nacional dos Bancários. A CCT da categoria tem vigência até o dia 31/8 e garante todos os direitos da categoria até essa data. Durante a pandemia, a negociação coletiva conquistou vitórias como home office, garantia de emprego, condições de trabalho, entre outras. "Temos esse desafio diante do governo Bolsonaro e da pressão constante pela retirada de direitos dos trabalhadores e nós precisamos nos mobilizar da melhor forma possível para conquistar a manutenção de todos os nossos direitos", afirmou o presidente Carlos Eduardo.

SAÚDE – O secretário de Saúde, Eugênio Silva, destacou que o Sindicato tem priorizado em suas ações, primeiramente, a saúde da categoria. Ele ressaltou como positiva a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em anular o artigo 29 da MP 927, que excluía o coronavírus como doença ocupacional, exceto se o trabalhador comprovasse que havia contraído o vírus no ambiente de trabalho. Com reconhecimento donexo causal da Covid-19, o Sindicato criou o Plantão de Saúde do Bancário que tira dúvidas da categoria e garante a emissão da CAT para as doenças ocupacionais através do teleatendimento (85 99155 2428). O plantão funciona de segunda a quinta, das 9h ao meio dia.

"Nós também estamos reativando o Plantão Psicológico para ajudar os bancários nesse período de pandemia. Há dez anos, o índice de adoecimento da categoria era relativo às Ler/Dort, hoje são, em sua maioria, doenças psicológicas. E nesse período de pandemia, certamente os bancários estão enfrentando um nível de stress muito grande". (Veja mais em matéria na pág. 7).

Quem não pôde assistir e desejar ver a live na íntegra, ela está disponível no Youtube (www.youtube.com/SEEBCE) ou no Facebook (facebook.com/bancariosce).

EMPREGADOS E ENTIDADES DEVEM ESTAR UNIDOS PARA ENFRENTAR AS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO COLETIVO



Os empregados da Caixa terão um grande desafio nos próximos meses, a negociação do acordo coletivo. Em live promovida dia 19/5 pela Apcef/PE e conduzida pelo presidente da entidade, Marconi Apolo, o presidente da Fenae, Sérgio Takemoto, afirmou que empregados e as entidades precisarão estar unidas para enfrentar as negociações. O papel social da Caixa e os direitos dos trabalhadores também foram temas da Live.

“Vamos ter muito trabalho, mas acreditamos que com união de toda a categoria vamos superar esse momento difícil. Temos que ter consciência que estamos enfrentando um governo total-

mente adverso a categoria bancária e aos trabalhadores”, avaliou Takemoto.

O Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Caixa termina em 31 de agosto de 2020. Até lá, as entidades e o movimento sindical seguem cobrando um posicionamento da Caixa. Segundo Takemoto, o Comando Nacional dos Bancários reivindicou à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para que o acordo fosse prorrogado. Mas a Federação ainda não respondeu.

“Está impossível de fazer mobilização. Neste momento estaríamos preparando o Conecef (Congresso Nacional dos Empregados da Caixa), onde iríamos tirar nossas reivindicações e infelizmente, pelo momento, não vai ser possível realizá-lo”, explicou o presidente da Fenae. Com o distanciamento social fica mais difícil fazer as discussões de pauta e mesmo

a mobilização que a categoria bancária fazia anteriormente. Sem essa etapa fica impossível pressionar o governo e os bancos para conceder as reivindicações.

DEFESA DA CAIXA – A Caixa e bancos públicos têm sido fundamentais durante a crise. Junto com todas as estatais, eles serão essenciais para a retomada da economia do país. Durante a pandemia, a Caixa é a responsável por fazer o pagamento do auxílio emergencial para mais de 50 milhões de pessoas. E os empregados têm trabalhado arduamente para garantir a renda para a população que mais precisa. A Caixa teria um papel fundamental para sair da crise que é financiar casas, a construção civil e onde geraria empregos de forma rápida. Mas o discurso do governo continua sendo de privatização. Vender as empresas públicas é perder esse poder de atuação.

CAIXA DIVULGA NOVOS PROTOCOLOS QUE DIMINUEM A SEGURANÇA DA SAÚDE DOS EMPREGADOS

A Contraf-CUT, por intermédio da Comissão Executiva dos Empregados (CEE), cobra que a Caixa reveja as medidas no novo protocolo de atuação de gestores e empregados, anunciado dia 18/5. De acordo com as entidades, as mudanças podem transformar as agências da Caixa num centro de propagação do novo coronavírus (Covid-19).

O banco abrandou as medidas que já estavam em protocolo, como a retirada da quarentena de até 14 dias no caso de sintoma em unidade. O texto diz que a confirmação da doença para fins de cumprimento de protocolo a partir de agora só com apresentação do exame PCR. Antes,



não mencionava o tipo de exame.

Para os casos de confirmação ou suspeita da Covid-19, o protocolo alterou de cinco para sete dias corridos o prazo da quarentena para os que tiveram

contato próximo com o suspeito ou contaminado e retirou a parte que dizia “podendo se estender para 14 dias (no caso de sintomas em algum outro empregado ou terceirizado), em prol da saúde individual e coletiva”. O novo documento ainda traz observações novas, como o prazo de sete dias ser contado desde a data do afastamento do empregado, só que o PCR só pode ser feito entre o 3º e o 10º dia do início dos sintomas, sem falar que os resultados demoram a sair dependendo da cidade ou estado. Outra crítica é para a retirada da expressão que garantia o afastamento para trabalho remoto sem atestado do empregado que apresentasse sintomas.

NÃO À PRIVATIZAÇÃO

EM DEFESA DO BANCO DO BRASIL PÚBLICO E DA GOVERNANÇA DA PREVI

No meio da maior crise sanitária mundial, com consequências devastadoras para a economia em todo o mundo, semana passada, outra ameaça voltou a pairar sobre as cabeças dos funcionários do Banco do Brasil: a privatização. Foi o que mais uma vez defendeu o ministro da Economia Paulo Guedes, em reunião ministerial entregue ao STF em processo de investigação de denúncias de interferência na Polícia Federal pelo presidente Jair Bolsonaro. É um grande sonho dos ultraliberais entregar o Banco do Brasil ao mercado. E junto, a Previ.

O deputado federal Christino Aureo (PP-RJ) criticou a declaração de Paulo Guedes. Funcionário aposentado do banco, o deputado disse que “foi com um misto de incredulidade e surpresa” que viu as palavras “de baixo nível” de Guedes. “Ofendendo, obviamente, não somente aos servidores, aos funcionários, mas todos aqueles que respeitam o Banco do Brasil”.

A declaração de Guedes também gerou críticas do ex-ministro Ricardo Berzoini, que disse que “quem conhece Paulo Guedes sabe de suas limitações e da incapacidade de pensar qualquer estratégia para enfrentar o porte da crise que vivemos”.

A presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, também falou sobre o assunto. “Não é a primeira vez que o Guedes deixa claro sua intenção de privatizar o Banco do Brasil. O banco já tinha sido incluído na lista de empresas a serem privatizadas e depois houve o recuo por causa da repercussão que a declaração teve. Mas, sem falar em privatização, o banco vem sendo vendido aos poucos. Suas partes mais rentáveis já foram vendidas e vai chegar uma hora que vai ficar só o ‘esqueleto’”, disse. “Esta é a hora de a gente usar todas as formas possíveis para denunciar esta manobra e mostrar para a sociedade o que ela pode perder com a venda do banco”, completou.

Essa ideia do Estado mínimo não está apenas defasada. Já vinha sendo questionada pelo próprio FMI e economistas liberais, mesmo antes da



“Repudiamos, imensamente, essa fala do ministro Paulo Guedes. Nós não concordamos com a privatização do Banco do Brasil. O BB é uma empresa bicentenária importantíssima para a economia brasileira. O Banco é uma empresa rentável e que exerce perfeitamente o seu papel social, seu compromisso com a sociedade brasileira, sendo fundamental na agricultura familiar, política de alimentação, entre outras frentes. Privatizar o BB é fazer com que a população, por exemplo, passe a pagar muito mais caro pela comida que vai para a sua mesa. Além disso, empresas públicas fortes como o BB serão muito importantes para a retomada da economia brasileira no período pós-pandemia. Não faz sentido privatizar o BB, pois empresas públicas como o BB e a nossa caixa de previdência devem ser defendidas sempre”

José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB



decisiva intervenção dos governos para combater a pandemia do Covid-19 e seus impactos econômicos e sociais.

PREVI – A Previ é outro exemplo, por qualquer critério que se adote. Seja pelo tamanho e pela solidez. Pela importância na economia. Pela governança. Seja pela eficiência. A taxa de administração, por exemplo, é o indicador que mostra a razão entre as despesas administrativas e os ativos totais de um fundo de pensão. Em um plano BD como o Plano 1, as despesas administrativas não interferem no valor dos benefícios, calculados pela média dos últimos salários. Nos planos CD e CV, como o Previ Futuro, os benefícios são calculados pelo saldo de conta individual de cada um. E aí, quanto menores as despesas administrativas, maior será o saldo de conta

acumulado e o valor do benefício.

Graças às políticas de controle das despesas administrativas e do crescimento dos ativos, a Previ vem reduzindo a taxa nos últimos anos. Segundo estudo da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), a média da taxa de administração das dez entidades fechadas com patrimônio superior a R\$ 15 bilhões era de 0,30% em 2018. A da Previ era a segunda mais baixa, com 0,16%. E no ano passado caiu para 0,14%. É de longe a menor se comparada com os fundos de mercado, como a Brasilprev.

É, portanto, uma grande mentira a tese de Guedes e do mercado – defendida por alguns até dentro do Banco do Brasil – da ineficiência das empresas públicas e das entidades construídas e geridas pelos trabalhadores, como a Previ. É imprescindível para o desenvolvimento do Brasil o BB continuar público. E necessário assegurar a governança da Previ, para a solidez da entidade, para a tranquilidade e o futuro dos associados do Plano 1 e do Previ Futuro.

CRIME DE RESPONSABILIDADE ATO NO CONGRESSO MARCA ENTREGA DE PEDIDO COLETIVO DE IMPEACHMENT DE BOLSONARO

Um pedido coletivo de impeachment do presidente Jair Bolsonaro foi entregue no último dia 21/5, na Câmara dos Deputados. O requerimento tem a assinatura de mais de 400 entidades da sociedade civil e personalidades do mundo jurídico. Sete partidos de oposição – PT, PCdoB, Psol, PCB, PCO, PSTU e UP – firmam também o documento, entregue ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), acompanhado de uma manifestação diante do Congresso Nacional.

Bolsonaro é acusado de cometer crimes de responsabilidade, atentar contra

a saúde pública e arriscar a vida da população pelo comportamento à frente da pandemia do coronavírus, entre outras práticas passíveis de punição com a perda do mandato. São necessários 342 votos na Câmara para se aprovar a abertura de um processo de impeachment. Para evitar o processo, o presidente precisa do voto de 171 deputados.

Entre as organizações que promovem o ato estão o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Central de Movimentos Populares, Andes – Sindicato Nacional (docentes do ensino superior), além de juristas como Celso Antonio Bandeira de Mello, Lenio Streck, Pedro Serrano e Carol Proner, e os ex-ministros da Justiça Tarso Genro, José Eduardo Cardozo e Eugênio Aragão.

Entre os argumentos para a instalação do processo contra Bolsonaro por crimes de responsabilidade estão os discursos do presidente contra o STF, a convocação de empresários para a “guerra contra governadores” à frente da pandemia do coronavírus, o bloqueio da compra de respiradores e outros equipamentos de saúde por estados e municípios, o apoio à milícia paramilitar “Acampamento dos 300”, incitação de sublevação das Forças Armadas contra a democracia, além de pronunciamentos e atos durante a pandemia que configuram crimes contra a saúde pública.



DIEESE DEFENDE TRANSFORMAR AUXÍLIO EMERGENCIAL EM RENDA BÁSICA DE CIDADANIA

O Brasil registra a cada dia uma curva cada vez mais ascendente decorrente da pandemia de coronavírus. Os números crescentes indicam que a doença segue se alastrando. Porém, ainda mais duradouros serão os seus impactos econômicos, segundo o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior. Ele alerta que o auxílio emergencial expira em junho, justamente quando o país deverá estar no pico de mortos e contaminados.

“Precisamos abrir esse debate, deixando muito claro que a pandemia não vai passar tão rápido. E que a crise econômica que vem com ela terá consequências tão graves como a própria questão sanitária. É fundamental que o auxílio emergencial caminhe para se tornar uma renda básica de cidadania”, defendeu Fausto em entrevista ao Jornal Brasil Atual, dia 19/5.

Ele comentou levantamento realizado pela consultoria IDados, a pedido do jornal Valor Econômico, que mostra que o total de domicílios sem renda do trabalho cresceu em 1 milhão de unidades, no primeiro trimestre de 2020, aumento de 6,5% em relação ao último trimestre de 2019.

MORADIA – Outro levantamento divulgado pelo IBGE aponta que há no país mais de 5,1 milhões de domicílios em condições precárias. São residências com padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação. Esse número revela, segundo Fausto, o quão difícil é para essa parcela da população manter o isolamento social como medida para tentar conter o avanço da pandemia. Além da falta de água, luz e esgoto, muitas dessas regiões não podem contar serviços de entrega. Sem o título de propriedade das residências, as pessoas também têm dificuldade para ter acesso a crédito junto aos bancos.



SINDICATO REATIVA O PLANTÃO PSICOLÓGICO

Durante essa pandemia, o bancário está na linha de frente no atendimento aos clientes, usuários e população em geral. Além de atender, tem de cumprir metas, atender em tempo controlado, fazer a sua parte burocrática e prestar contas da sua produção no final do dia. Como se não bastasse, ainda tem de se preocupar em não ser contaminado para não levar risco para a sua família. Nessa situação, o bancário fica totalmente abalado do ponto de vista psicológico.

Em função desse momento crítico pelo qual passa a categoria bancária, o Sindicato dos Bancários do Ceará está trazendo de volta, de maneira reformulada, o Plantão Psicológico.

COMO FUNCIONA – O serviço vai funcionar por agendamento. O bancário vai ligar para o número 85 99155 2428 e vai agendar o melhor dia para a sua sessão, de segunda a quinta-feira, no horário de

9h às 12h. O atendimento psicológico é gratuito e vai se dar de forma virtual, de segunda a quinta-feira, das 20h às 21h. Público-alvo: bancários da ativa e sindicalizados. Trata-se de um serviço de acolhimento psicológico e virtual, com a dra. Margareth Oliveira.

As sessões serão individuais e realizadas através do aplicativo Google Duo, que o bancário pode baixar no seu celular ou computador e funciona como uma videochamada. O objetivo dessa sistemáti-

ca é acolher as necessidades consideradas urgentes pelo bancário naquele momento. “Serão atendimentos únicos funcionando também como uma orientação para esse momento de crise. O bancário será orientado a procurar um local isolado e que ele possa falar sem ser interrompido. O sigilo e a privacidade são garantidos, pois o Duo é criptografado e mantém o sigilo da videochamada”, afirma a psicóloga.

O atendimento estará disponível a partir do próximo dia 25 de maio.

“Se antes da pandemia, o bancário já levava uma vida estressante, agora esse estresse tem se multiplicado, daí a importância de reativarmos o Plantão Psicológico”
Eugênio Silva, Secretário de Saúde do Sindicato



BREVES

ISOLAMENTO: UM BRASILEIRO PODE SER SALVO A CADA 4 MINUTOS

Cada quatro minutos de isolamento social pode salvar a vida de um brasileiro nas próximas semanas. Foi o que concluiu o cálculo feito por pesquisadores do Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria (CeMEAI). Cientistas e a Organização Mundial da Saúde (OMS) defendem que as medidas de restrição da circulação de pessoas são, por enquanto, a melhor alternativa para conter a propagação do vírus da covid-19. Os pesquisadores alertam que o número estimado de vidas salvas considera os dados oficiais disponibilizados pelo Ministério da Saúde. “Esses dados sofrem de clara subnotificação e, assim, as nossas estimativas também seguirão subestimadas. Porém, acreditamos que mesmo assim é possível ter uma ideia da evolução da epidemia”, diz o estudo. A página é atualizada diariamente com as projeções e está aberta às consultas.

MAIS 170 MIL BRASILEIROS ENTRARAM PARA A POBREZA EXTREMA EM 2019

O grupo de pessoas em pobreza extrema no Brasil, que inclui os que vivem com menos de 1,9 dólar por dia, ganhou cerca de 170 mil novos integrantes em 2019 e encerrou o ano passado com 13,8 milhões de pessoas, o equivalente a 6,7% da população do país. É o quinto ano seguido no qual o número de brasileiros na miséria cresce. Esse retrato do Brasil pré-pandemia da covid-19 foi divulgado pelo IBGE no início deste mês, por meio da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) Contínua de 2019. O principal motivo para o aumento do número de brasileiros em pobreza extrema são deficiências na execução do Bolsa Família. Em 2019, o programa chegou a ter uma fila estimada em mais de 1 milhão de famílias que estavam aptas a receber o benefício, mas não eram incluídas pelo governo. A esse problema se somam a redução das equipes que fazem a busca ativa de possíveis beneficiários e a ausência de reajustes anuais do benefício para repor a inflação.

CASSI ESTUDA NOVO MODELO DE CUSTEIO

Em reunião com a Contraf-CUT e demais entidades de funcionários do Banco do Brasil (AAFBB, Ana-bb, Contec e FAA-BB), realizada por videoconferência na quinta-feira (14/5), o diretor eleito da Caixa de Assistência dos Funcionários (Cassi), Luiz Satoru, confirmou que a entidade

estuda um novo modelo de custeio do plano de saúde dos funcionários do Banco do Brasil.

“Queríamos saber sobre a veracidade ou não de rumores sobre o estudo de um novo modelo de custeio e, para nossa surpresa, Satoru confirmou que existe um estudo neste sentido”, disse o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, João Fukunaga, que representa a Contraf-CUT nas negociações com a Cassi. “Isso nos deixa preocupados, pois sabemos que a

atual diretoria é alinhada ao banco, que busca reduzir sua participação no custeio do plano”, completou.

A representação dos funcionários demonstra sua preocupação pois não há qualquer discussão prévia os bancários e suas entidades de representação sobre isso. As entidades se comprometem contra novos aumentos de custos para os associados, lembrando, inclusive, que existe o compromisso com as entidades dos funcionários de que a coparticipação deve retornar aos patamares anteriores a 2018,



CASSI

quando houve a negociação para o aumento provisório apenas para sanear a Cassi.

A base estrutural do atual modelo de custeio define a contribuição pelos associados de 4% sobre suas verbas salariais, com contribuição mínima de R\$ 120,00.

O banco contribui com 4,5% sobre o total das verbas salariais, com valor mínimo de R\$ 135,00. Sobre os dependentes, os aposentados contribuem com 2%, limitado a R\$ 300. Os funcionários da ativa contribuem com 1,75%, sendo 1% para o primeiro dependente, 0,5% para o segundo e 0,25% para o terceiro, também limitado a R\$ 300. “Acabamos de aprovar um estatuto para a entidade que define o modelo de custeio. Não vamos aceitar qualquer alteração que traga mais onerações aos associados”, afirmou Fukunaga.

Riscos da Hidroxicloroquina

A Hidroxicloroquina é amplamente usada no combate a doenças como lúpus e artrite reumatoide, mas ainda não há comprovação para sua eficácia e segurança contra a covid-19 — e estudos recentes apontam que a droga não oferece benefícios significativos para os acometidos pelo novo coronavírus. Os riscos podem ser maiores para aqueles que já apresentam quadros que debilitam a saúde — como doenças cardíacas. O medicamento pode causar problemas como distúrbios de visão, irritação gastrointestinal, alterações cardiovasculares e neurológicas, cefaleia, fadiga, nervosismo, quem tem psoríase ou porfiria pode ter ataque agudo da doença, prurido, queda de cabelo e exantema cutâneo. Um dos efeitos adversos mais citados pelos médicos brasileiros é a arritmia (alteração no ritmo das batidas cardíacas).

Vacina contra a Covid-19

A OMS aprovou uma resolução que determina que uma eventual vacina contra o coronavírus será considerada um bem público mundial. Considerado por Bolsonaro como seu principal aliado no mundo, o governo dos Estados Unidos tentou dificultar a declaração na OMS que garanta que patentes não sejam um obstáculo a um amplo acesso mundial aos produtos. Mas uma aliança improvável entre Japão, Reino Unido, Alemanha e alguns países emergentes isolou Washington. No fundo, o que países discutem é a questão da propriedade intelectual sobre os futuros remédios, algo que permeou todo o histórico da luta contra o HIV, por exemplo.

Talentos Fenaé/Apcef

As inscrições para o concurso Talentos Fenaé/Apcef vão até dia 31 de maio. Podem participar empregados Caixa ativos, aposentados ou pensionistas associados à Apcef Ceará. São quatro categorias que se desmembram em oito modalidades: Foto e Filme, Artes Visuais (Desenho/Pintura e Desenho infantil), Literatura (Contos/ Crônicas e Poesia) e Música (Composição e Interpretação). Cada associado pode inscrever até duas obras por modalidade. O concurso cultural é promovido pela Fenaé, em parceria com as Apcefs, cujo propósito é descobrir novos talentos no universo dos empregados da Caixa. Acesse www.fenaé.org.br/talentos e participe!